

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.661.430 - RS (2020/0030429-8)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : EVERTON VIANNA 81775040020**  
**AGRAVANTE : EVERTON VIANNA**  
**ADVOGADOS : ÂNGELA BORBA MANFRO - RS030707**  
**HUMBERTO LUIZ VECCHIO - RS054280**  
**AGRAVADO : MILENA MULLER TIETZE**  
**AGRAVADO : ELIAS PETRY**  
**ADVOGADO : MAIRA RAQUEL FUHR - RS062401**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo apresentado por EVERTON VIANNA e OUTRO, contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "c" da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, assim resumido:

APELAÇÕES CÍVEIS DIREITO PRIVADO NÃO  
ESPECIFICADO AÇÃO INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E  
MORAIS CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR  
RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO FORNECEDOR DE  
SERVIÇOS DANO MORAL OCORRENTE DANOS MORAIS JUROS  
A CONTAR DA CITAÇÃO SENTENÇA PARCIALMENTE  
MODIFICADA CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR  
RESPONSABILIDADE OBJETIVA CASO NEGARAM PROVIMENTO  
AO APELO AUTORES E DERAM PARCIAL PROVIMENTO APELO  
DOS RÉUS UNÂNIME

Quanto à controvérsia, pela alínea "c" do permissivo constitucional, aponta dissídio jurisprudencial relativamente à condenação em danos morais, valor da condenação e termo inicial da correção monetária.

É o relatório. Decido.

Na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que a parte recorrente deixou de indicar quais dispositivos legais seriam objeto de dissídio interpretativo, o que atrai, por conseguinte, o enunciado da citada súmula: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nessa linha, o Superior Tribunal de Justiça já se manifestou no sentido de

# *Superior Tribunal de Justiça*

que, “uma vez observado, no caso concreto, que nas razões do recurso especial não foram indicados os dispositivos de lei federal acerca dos quais supostamente há dissídio jurisprudencial, a única solução possível será o não conhecimento do recurso por deficiência de fundamentação, nos termos da Súmula 284/STF” (AgRg no REsp n. 1.346.588/DF, relator Ministro Arnaldo Esteves Lima, Corte Especial, DJe de 17/3/2014).

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA  
Presidente